

# Sumário

Número de notícias: 16 | Número de veículos: 12

O GLOBO - RJ - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Receita terá aplicativo para registro de gastos com saúde .....	3
JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Novo golpe, o da malha fina .....	4
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Arrecadação cresce em março, mas em ritmo menos "brilhante" .....	5
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Receita Federal nega exclusão de adicional do ICMS do PIS/Cofins .....	7
O GLOBO - RJ - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Governo propõe FGTS corrigido pela inflação .....	8
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL SEGURIDADE SOCIAL	
Concessão de auxílio-doença dispara, e despesa com benefício aumenta 22% sem reduzir a fila .....	9
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO SEGURIDADE SOCIAL	
Estímulos ao crédito tiram força da política monetária (Editorial) .....	12
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS SEGURIDADE SOCIAL	
Governo abre consulta sobre uso de previdência como garantia de crédito .....	14
O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Voa Brasil: veja quem tem direito a comprar as passagens a R\$ 200. Programa do governo começa este mês .....	15
JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - OPINIÃO CONGRESSO EM FOCO	
O verdadeiro conflito: a desmontagem da Constituição Federal de 1988 (Artigo) .....	16
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária e o teorema de Pitágoras - OPINIÃO JURÍDICA .....	18
AGÊNCIA BRASIL - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
60 anos do golpe: como Estados Unidos apoiaram os militares .....	20
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA ECONOMIA	
AGU propõe corrigir FGTS pela inflação .....	24
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	

"Melhor ir mais devagar para chegar mais longe com (o corte da) Selic" ..... 25

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

Petrobras pagou à União em 2023 valor igual ao Bolsa Família..... 27

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Galípolo vê aumento de incerteza na inflação ..... 30

# Receita terá aplicativo para registro de gastos com saúde

**RENAN MONTEIRO** *renan.monteiro@bsb.oglobo.com.br*  
BRASILIA

A **Receita Federal** vai lançar este mês um aplicativo para médicos e demais profissionais da saúde declararem gastos com saúde dos clientes atendidos. A novidade foi batizada de Receita Saúde, com a perspectiva de reduzir a incidência de contribuintes na malha fina. Em 2023, erros sobre despesas médicas estiveram presentes em cerca de 50% do número de pessoas que caíram na malha fina.

Agora, médicos (das diversas especialidades), dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos poderão acessar o aplicativo oficial (disponível para Android e iOS) e, em uma aba específica, anexar os dados de cada consulta realizada com os clientes, incluindo o valor do atendimento, por exemplo.

Com as informações, o aplicativo vai gerar um recibo digitalizado, já funcionando para alimentar a base do modelo pré-preenchido da declaração do Imposto de Renda e também como comprovação para os clientes deduzirem as despesas médicas.

Este ano, a adesão é voluntária e valerá para as declarações em 2025. O aplicativo, porém, passará a ser obrigatório a partir do ano que vem, sendo aplicado nas declarações de ajuste do ano seguinte.

## PESSOA FÍSICA

O Receita Saúde valerá apenas para os profissionais liberais que atuam como pessoas físicas. Os profissionais pessoas jurídicas já utilizam a Declaração de Serviços Médicos e de Saúde (DMED).

Os técnicos da Receita avaliam que a nova ferramenta terá um papel de "fiscalização e conformidade". Hoje, os clientes recebem o recibo em papel. Uma das dificuldades na hora de declarar é que não há uma padronização nos documentos, o que implica casos de recibos com informações incompletas. Além disso, o índice de perda desses comprovantes médicos é considerado alto.

- Para o paciente, a facilidade é que não precisa mais guardar cópias ou canhotos de recibos emitidos. Para o profissional, diminui o risco de ele próprio cair na

malha ou ser convocado para comprovar se fez a consulta ou não, caso o cliente dele caia na malha - avalia a subsecretária de Fiscalização do Ministério da Fazenda, Andréa Costa Chaves.

O documento que vai ser emitido por essa funcionalidade atende a todos os requisitos legais, inclusive como comprovante de despesa médica dedutível dentro da lei. Os clientes vão poder consultar os documentos dentro do aplicativo da Receita. É necessário ter uma conta gov.br, com nível ouro ou prata. Inicialmente, o Receita Saúde só funcionará na versão para o aplicativo. Uma versão para computador está sendo avaliada.

As informações declaradas no Receita Saúde também serão vinculadas diretamente à base de dados do carnê-leão, facilitando a apuração do tributo.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Novo golpe, o da malha fina

Se você recebeu um e-mail da **Receita Federal** informando que caiu na malha fina e deve prestar esclarecimentos, você está sendo alvo de uma tentativa de golpe.

Nesta quarta-feira, a Receita divulgou que é falso um e-mail que pede para o destinatário corrigir erros e regularizar a situação até o dia 5 de abril.

A declaração do Imposto de Renda é um dos assuntos usados pelos golpistas, já que o prazo para envio dos dados ao fisco está aberto até 31 de maio. Quem atrasar, terá de pagar uma multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido. Há três semanas, a Receita havia informado sobre um falso aplicativo que estava sendo usado por cibercriminosos.

Um dos e-mails usados pelos golpistas vem com o nome da **Receita Federal** no cabeçalho, mas com o endereço errado (receitafederal@ gov.br). Outras vezes, eles podem usar emails gratuitos ou então com uma série de números ou letras. Os e-mails da Receita tem o final @rfb.gov.br.

Na tentativa de dar maior veracidade, os criminosos usam o logotipo da **Receita Federal**, a sigla IRPF (alusivo à Imposto de Renda da Pessoa Física), chamam o destinatário de "contribuinte", termo comumente usado pela instituição em suas comunicações, e citam a legislação federal e o Código Civil para enganar quem recebe o e-mail.

No título é comum a utilização de frases com "urgente", "corrija agora" ou "malha fina" para despertar a atenção da vítima. Em seguida, o e-mail solicita que a pessoa clique em um link, instale algum programa ou baixe um documento para a suposta correção do problema.

Porém, o recurso é usado justamente para permitir a ação do cibercriminoso.

A partir desse ato chamado de "phishing", a pessoa pode instalar um malware (software malicioso que é projetado para danificar sistemas, roubar dados e até causar lentidão no computador ou celular), usar o dispositivo invadido em um DoS (ataque de negação de serviço, que é uma ofensiva para sobrecarregar o alvo e forçar uma parada de operação) ou até "sequestrar" o dispositivo e só liberar o uso após o pagamento de resgate, que é chamado de ransomware.

A partir do momento em que é atacado, o usuário pode estar exposto a qualquer tipo de situação, como lentidão no dispositivo, uso da máquina para responder a comandos do invasor, utilização dos dados pessoais para criar contas digitais falsas para pedir empréstimos ou até invasão da conta bancária e retirada de toda a quantia.

"Se a pessoa cai no phishing, ela pode permitir qualquer um desses ataques, vai depender da finalidade que o agente malicioso queira fazer", afirma o gerente de inteligência de ameaças cibernéticas da ISH Tecnologia, Paulo Trindade.

A Receita informa que não envia comunicações por e-mail ou mensagens de texto para solicitar a correção de erros em declarações. O órgão também não manda links ou pede a instalação de programas.

Para checar se há pendências com o fisco, o contribuinte deve acessar o portal e-CAC (Centro de Atendimento Virtual) da Receita. Normalmente, a instituição informa no dia seguinte ao envio da declaração se ela caiu ou não na malha fina.

**Site:** [https://acervo.maven.com.br/temp\\_site/issue-e46060ebe60134e00b6c6bbcf77e1f6.pdf](https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-e46060ebe60134e00b6c6bbcf77e1f6.pdf)

# Arrecadação cresce em março, mas em ritmo menos "brilhante"

**Lu Aiko Otta**

Depois de um primeiro bimestre muito forte, a arrecadação federal teve um desempenho menos brilhante em março, comenta-se nos bastidores do governo. A avaliação, porém, é que ainda é cedo para discutir alguma revisão da meta fiscal de 2024.

Dados preliminares informados ao Valor por fonte da área técnica com acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), base de dados do governo federal, corroboram essa informação. Março teria sido um mês de receitas elevadas, possivelmente um recorde, mas insuficientes para alcançar os valores projetados pelo governo para atingir a meta de zerar o déficit público ao final deste ano.

Os números indicam que as receitas diretamente administradas pela **Receita Federal** cresceram cerca de 15% em termos nominais, na comparação com igual mês do ano passado. O desempenho seguiu robusto, com taxas de crescimento de dois dígitos, como as vistas em janeiro e fevereiro.

No entanto, a expectativa de arrecadação do governo era mais elevada do que isso. Os dados apontam para frustração, por exemplo, em relação aos recolhimentos do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O forte desempenho desses **tributos** no primeiro bimestre pode estar relacionado a recolhimentos antecipados, avaliou a fonte.

Outro dado que chama a atenção é o recolhimento do Imposto de Renda sobre os fundos exclusivos, medida aprovada pelo Legislativo no ano passado. O montante que aparece no Siafi é da ordem de R\$ 3 bilhões, ante recolhimentos na casa dos R\$ 4 bilhões vistos desde dezembro.

Não é possível saber, só com bases nesses números, o que aconteceu. E certamente é prematuro estabelecer qualquer tendência a partir desses resultados, alertou a fonte.

No entanto, medidas propostas pelo governo para elevar as receitas em 2024 não avançaram no Congresso Nacional, o que ajuda a explicar o resultado aquém do esperado. É o caso da extinção do Programa Emergencial de Recuperação do Setor

de Eventos (Perse) e da volta da cobrança de contribuição previdenciária sobre a folha em 17 setores intensivos em mão de obra, além de prefeituras.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem chamado a atenção para a existência de despesas que estão no orçamento sem a correspondente cobertura de receitas. Ele repete que o resultado das contas públicas depende de decisões dos três Poderes da República, e não é tarefa exclusiva do Executivo. A área econômica considera que, se o Congresso não concorda com as medidas propostas para elevar receitas, é necessário ajustá-las ou encontrar alternativas.

O diálogo com o Legislativo em torno dessas medidas está em aberto, e é por isso que se considera prematuro rever a meta fiscal de 2024.

No momento, as atenções da área econômica estão concentradas na definição da meta de 2025. Os números que balizarão essa decisão estão em fase de fechamento. Desde o ano passado, há indicação que o objetivo deverá ser um superávit de 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**). No entanto, as dificuldades vistas este ano são uma demonstração dos riscos que existem em se estabelecer um objetivo muito ambicioso.

Por outro lado, a escolha de uma meta menor para 2025 seria um sinal político ruim para a solidez do novo arcabouço fiscal.

A meta fiscal do próximo ano será definida até o próximo dia 15, data final para envio ao Congresso Nacional do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PL-DO) de 2025.

Esse projeto é também o veículo para se propor a revisão do objetivo fixado para este ano, se for o caso. Na semana passada, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse que as metas de 2024 e 2025 estão sobre a mesa para serem discutidas.

"Vamos colocar na mesa receitas e despesas. Se a conta não der 0,5% do **PIB**, vamos levar para a JEO (Junta de Execução Orçamentária) decidir o que fazer", disse a ministra a jornalistas.

Conforme determina o novo arcabouço fiscal, o PLDO de 2025 trará um anexo com projeções para a dívida pública nos próximos dez anos. Um ponto de atenção é se o ponto de partida desses números, dado pela meta fiscal de 2025, estará adequado para indicar uma trajetória crível.

Já com relação à meta fiscal de 2024, a arrecadação de abril promete ser um elemento importante. Com esse dado, será possível verificar o comportamento das receitas em relação ao projetado em dois bimestres. Os dados indicarão se será necessário ou não ajustar as projeções de receitas do ano. Em março, uma primeira análise levou à redução de R\$ 31,5 bilhões nas receitas totais e de R\$ 16,8 bilhões nas receitas líquidas. Um novo cálculo será divulgado em 22 de maio.

Se de um lado há frustração nas receitas, de outro é possível ver os esforços de Haddad e sua equipe para reforçar o caixa. Está em curso uma discussão, por exemplo, sobre o pagamento de dividendos extraordinários da Petrobras, o que poderia render cerca de R\$ 12 bilhões.

Outro exemplo é o esforço para recolher o IRPJ e a CSLL que deixaram de ser pagos nos últimos cinco anos por causa do uso de incentivos estaduais para custeio. A Receita abrirá no dia 10 um programa de autorregularização desses débitos que vai até o dia 31 de maio. Depois dessa data, será deflagrado um programa de fiscalização. Esses recursos não foram incluídos nas projeções para o ano.

Questionada sobre a arrecadação de março, a **Receita Federal** respondeu que ela "ainda será divulgada". O dado oficial sai depois do dia 20.

Escolha de meta menor para 2025 seria sinal político ruim para a solidez do arcabouço fiscal

**Site:**

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187833?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187833?page=1&section=1)

# Receita Federal nega exclusão de adicional do ICMS do PIS/Cofins

*Beatriz Olivon e Marcela Villar De Brasília e São Paulo*

A **Receita Federal** vedou a possibilidade de exclusão do adicional de ICMS destinado aos Fundos de Combate à Pobreza da base de cálculo do PIS e da Cofins.

O entendimento consta na Solução de Consulta nº 61, editada recentemente pela Coordenação- Geral de Tributação (Cosit), que deve ser seguida por todos os auditores fiscais do país.

Para a Receita, o adicional não teria a mesma natureza jurídica do ICMS - ou seja, não poderia ser aplicado ao caso a chamada "tese do século", a exclusão pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do imposto estadual do cálculo das contribuições sociais. O órgão aponta, no texto, que ele tem efeito "cascata", por ser cumulativo, além de possuir vinculação específica e não precisar ser repartido com os municípios.

No pedido, o contribuinte alegou que propôs ação judicial em 31 de julho de 2018 para excluir o ICMS do cálculo do PIS e da Cofins, obtendo esse direito em setembro de 2019. A partir da decisão, iniciou o processo de habilitação do crédito perante a Receita.

A solicitação foi aceita em agosto de 2020. Não ficou claro na solução de consulta, porém, se foi expressamente negada a exclusão do adicional.

O percentual cobrado é, em geral, de 2%. É exigido em quase todos os Estados, sobre quase todos os produtos, segundo a tributarista Luiza Lacerda, sócia do BMA Advogados. "A regra é a cobrança, com algumas exceções.

Não incide, por exemplo, nas contas de energia elétrica com consumo muito baixo", afirma a advogada, acrescentando que o adicional é autorizado pela Constituição Federal.

Para ela, esse entendimento da **Receita Federal** reabre a discussão travada na "tese do século" e pode gerar um contencioso relevante.

Há, afirma, muito espaço para questionar essa interpretação porque, assim como o ICMS, trata-se de uma receita do Estado.

"O fundamento que a **Receita Federal** utiliza para poder justificar essa diferenciação é que seria um adicional cumulativo, que não geraria direito a crédito, o que não é verdade. Em geral, os Estados concedem o direito a crédito", diz.

A decisão, afirma, é uma tentativa de restringir a decisão do Supremo, mesmo passado muito tempo do julgamento. Por isso, há a expectativa de que seja criado um contencioso e uma contingência para as empresas que vem aplicado amplamente a decisão do Supremo.

A advogada Adriana Stamato, sócia de tributário do escritório Trench Rossi Watanabe, também entende que a solução de consulta busca diminuir o impacto da tese do século. "A alegação de que o fundo estadual de combate à pobreza não se confunde com ICMS não se sustenta, porque ele nada mais é que um adicional de ICMS que incide sobre algumas mercadorias", afirma.

Segundo Adriana, o fundo, assim como o imposto estadual, não é receita do contribuinte e não deve fazer parte da base de cálculo do PIS e da Cofins. "Existe jurisprudência favorável sobre isso, mas ainda assim as autoridades fiscais provavelmente vão iniciar um novo contencioso sobre esse assunto, que já foi decidido em 2021 pelo Supremo ao definir que todo o ICMS deve ser excluído da base de cálculo", acrescenta, referindo-se à "tese do século" (Tema 69), julgado pelos ministros.

O fundamento da decisão do STF, acrescenta a advogada, não tem a ver com a repartição com municípios nem de ter vinculação específica, mas de se tratar de receita que não é do contribuinte, vai ser destinada ao Estado.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187833>

# Governo propõe FGTS corrigido pela inflação

**DANIEL GULLINO** [danielgulhno@bsb.oglobo.com.br](mailto:danielgulhno@bsb.oglobo.com.br)  
**BRASÍLIA** (Mariana Muniz)

A Advocacia-Geral da União (AGU) apresentou ao Supremo Tribunal Federal (STF) a sugestão de que as contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) sejam remuneradas, no mínimo, pela inflação medida pelo IPCA. Uma possível mudança na taxa de correção do fundo é discutida em uma ação que vem sendo analisada pelo STF.

Atualmente, os valores depositados no FGTS são corrigidos mensalmente pela Taxa Referencial (TR), mais juros de 3% ao ano. A TR está hoje próxima de zero. A AGU sugere que, nas situações em que esse modelo não atingir o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), deve haver uma compensação para se chegar a essa diferença.

A ação, que está sendo julgada no STF, foi proposta pelo partido Solidariedade e pede que o FGTS seja corrigido por outro índice de inflação, o índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que serve de referência para os dissídios salariais.

O relator é o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, que propôs que a correção seja feita pelo rendimento da caderneta de poupança. Essa proposta já foi apoiada pelos ministros André Mendonça e Nunes Marques.

O julgamento foi interrompido em novembro por um pedido de vista do ministro Cristiano Zanin. O caso já foi devolvido para julgamento, e chegou a entrar na pauta de julgamento de ontem, mas não chegou a ser analisado.

Em manifestação enviada a Barroso, o advogado-geral da União, Jorge Messias, afirmou que a adoção do IPCA como patamar mínimo iria "proporcionar adequada remuneração dos saldos", ao mesmo tempo em que "preserva o papel social do FGTS como fonte de financiamento para aquisição de moradia pela população de menor renda".

Revisão da vida toda: INSS deve abdicar de custas

O INSS deve abdicar dos honorários de sucumbência e custas processuais nas ações relacionadas à chamada revisão da vida toda das aposentadorias.

Na sessão de quarta-feira do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Dias Toffoli disse ter conversado sobre o assunto com o advogado-geral da União, Jorge Messias. Segundo Toffoli, se o valor da causa chegasse a R\$540 bilhões, os segurados teriam de desembolsar R\$54 bilhões ao INSS, considerando 10% de honorários.

A proposta foi confirmada pelo presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso. Em julgamento realizado em 22 de março, o Supremo derrubou o entendimento sobre a constitucionalidade da revisão da vida toda e decidiu que os aposentados não podem optar pela regra que lhes seja mais favorável.

O Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário estima que 180 mil processos de revisão da vida toda estejam abertos em varas pelo país.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Concessão de auxílio-doença dispara, e despesa com benefício aumenta 22% sem reduzir a fila

**Marcelo Osakabe De São Paulo**

Uma das apostas do governo para a redução de despesa via revisão de gastos, a emissão de benefícios de auxílio-doença ultrapassou 1,4 milhão de benefícios em fevereiro deste ano, alta de 33,3% em fevereiro na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Ao mesmo tempo, a despesa total com este benefício em doze meses chegou a R\$ 34 bilhões em janeiro, último mês disponível. Esse valor representa uma alta de 22% na comparação com o mesmo mês de 2023.

O crescimento do benefício por incapacidade temporária, o novo nome do auxílio-doença, ocorre no momento de implementação do Atestmed, sistema que visa facilitar e agilizar a análise e concessão dos pedidos dispensando perícia presencial dos casos mais simples. A ferramenta tem como objetivo garantir, ao mesmo tempo, a diminuição da fila de requerimentos à espera de análise e também uma economia pela redução do chamado "custo atraso", ou os valores pagos a mais ao segurado pela demora na realização da perícia presencial.

Desde o seu lançamento, a ferramenta tem ajudado a diminuir o tempo médio de concessão de qualquer benefício **INSS** - passou de 69 dias em dezembro de 2022 para 50 dias em janeiro de 2024, segundo dados do Portal de Transparência Previdenciária.

Já a fila de requerimentos pendentes de análise, no entanto, caiu apenas 4,4%, de 596,9 mil em junho para 570,2 mil em janeiro. Neste mesmo período, a emissão de benefícios concedidos cresceu 29,3%.

Em entrevistas recentes, representantes do governo dizem esperar uma economia na casa de R\$ 11 bilhões com revisão de benefícios previdenciários. Somente o Atestmed traria uma economia de R\$ 5,5 bilhões este ano. A outra parte vi-ria de ações de combate à fraude e correção de erros.

Para o pesquisador associado do Insper, Marcos Mendes, duas hipóteses podem explicar o forte crescimento do auxílio-doença. A primeira delas é que os filtros implementados até aqui para coibir

requerimentos indevidos sejam fracos. "Isso cria um incentivo para surgir um novo tipo de demanda, e a gente sabe que existe uma indústria desse tipo, escritórios que vão atrás potenciais beneficiários oferecendo

serviços em troca de um porcentual do benefício, que podem também recorrer à fraude ou judicializando, como parece ser o caso do crescimento do estoque do Benefício de Prestação Continuada (BPC)."

Uma segunda hipótese é este crescimento de demanda pelo auxílio estar completamente dentro das regras, mas ter aparecido agora porque estava represado por questões como a própria demora na concessão de benefícios. "Se este for o caso, é questão de verificar se parâmetros legais não estão muito frouxos, já que o ritmo de concessão dos benefícios não é sustentável", afirma Mendes.

"Em teoria, essas novas tecnologias - não apenas o Atestmed, mas outras medidas para agilizar o pedido e a análise, como mutirões - permitiriam processar mais rápido a fila dos requerentes, o que elevaria apenas temporariamente estoque de benefícios e faria a fila de espera estabilizar em um patamar menor. Acontece que o ritmo de queda da fila é muito devagar", nota Fabio Serrano, economista do BTG Pactual. "De abril até janeiro, a queda no total de requerimentos pendentes de análise pela Previdência é de 269 mil. E a grande maioria é de pedidos relacionados ao BPC, não a pedidos de auxílio".

Nos cálculos da Associação Nacional dos Médicos Peritos (ANMP), o número de requerimentos mensais de auxílio-doença dobrou após a entrada em operação do Atestmed, passando de 600 mil para R\$ 1,2 milhão por mês.

De acordo com Francisco Cardoso, vice-diretor da entidade, sete em cada dez auxílios eram concedidos antes da implementação da ferramenta. A maior parte dos pedidos aceitos, no entanto, eram de trabalhadores com carteira assinada, ao passo que os pedidos de contribuintes autônomos ou facultativos representavam tinham seus pedidos majoritariamente negados.

"Depois do Atestmed, o que cresceu foi justamente essa segunda categoria", afirma Cardoso. "Criou-se uma demanda artificial. Pessoas que não precisam do benefício agora mandam na esperança de conseguir uma renda."

A ANMP, inclusive, entrou recentemente com uma denúncia junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) e o Ministério Público Federal (MPF) acusando o **INSS** de prometer realizar o pagamento do bônus somente aos peritos que darem "ok" para 70% ou mais dos pedidos recebidos via Atestmed.

"Como um perito vai chegar a esse percentual de concessão se temos informação de que o próprio **INSS** admite que 56% deles têm indício de fraude?", questiona Cardoso.

Segundo Mendes, o governo tem defendido que a fila não caiu, mas sua composição mudou - agora conta com menos benefícios à espera de análise há mais de 45 dias. "Isso, em tese, significa uma economia, porque a pessoa que pediu três meses de auxílio, mas teve seu auxílio aprovado depois de outros três meses, acaba recebendo seis meses ao todo", explica. "Só que, na minha avaliação, essa economia é de segunda ordem. Pode estar sendo engolida pelo fato de que o volume de requerimentos aumentou muito."

Outra parte da economia projetada pelo governo deveria vir de ações de fiscalização e revisão de benefícios de longa duração, como ocorreu no governo **Temer**, lembra o economista.

"Só que para isso virar realidade, é preciso uma mobilização do governo, alguma ação em andamento, não é algo que ocorre de uma hora para outra. Então não sei se em 2024 a gente consegue ver algum impacto disso."

As dúvidas em relação ao comportamento do auxílio-doença são parte do quadro de desconfiança mais ampla sobre as projeções do governo para os gastos benefícios previdenciários. Para analistas, as cifras apresentadas até aqui podem estar subestimadas.

Em seu relatório bimestral, o Tesouro projetou que o gasto financeiro com esses benefícios -incluindo o auxílio-doença, deve fechar 2024 em R\$ 914,2 bilhões, alta de 5,6 bilhões na comparação com a última estimativa.

Separadamente, o Ministério da **Previdência Social** divulgou que a despesa total com benefícios previdenciários cresceu 5,6% em termos reais em fevereiro, na comparação com o mesmo mês do ano passado. O avanço é superior ao permitido pelo novo

arcabouço fiscal, de 2,5%.

O Itaú Unibanco trabalha com um déficit primário de 0,7% do **PIB** para este ano, em linha com a mediana de mercado. Desse total, 0,2 ponto percentual (p.p.), ou aproximadamente R\$ 23 bilhões, seria relacionado a uma previsão de despesa com a Previdência maior que a estimada pelo governo - o banco vê esse gasto terminando o ano em R\$ 938 bilhões.

"Isso não significa que não vemos espaço para ganho de eficiência, focalização e identificação de irregularidades. Mas a gente acha muito difícil uma economia dessa ordem em curto espaço de tempo", diz o economista Pedro Schneider.

Em suas contas, pondera, o governo tem trabalhado com um crescimento nominal dos gastos da ordem de 5%. No entanto, somente o reajuste nominal do salário mínimo, que indexa dois terços dos benefícios, foi de 6,97%.

"Ou seja: se o reajuste não vai acontecer do lado dos preços, só poderia vir pela quantidade. Ocorre que nunca vimos um ano de crescimento negativo no estoque. Além disso, ele está crescendo fortemente há dois anos, uma média de 2,8%", nota Schneider.

Serrano, do BTG, ressalta que a política de reajuste do salário mínimo, sozinha, já imprime uma elevação importante dos gastos previdenciários - uma valorização de 1% gera um dispêndio extra de R\$5 bilhões.

Aliado a isso, vem o forte crescimento do estoque de benefícios concedidos, especialmente dos auxílios, como o auxílio-doença, mas também do PBC, que cresceu 11,5% em janeiro na comparação ano contra ano.

"Diante de todas as questões em aberto, a gente prefere ser mais cautelosos nas nossas projeções e não incorporar a economia divulgada pelo governo. Nas nossas projeções, o gasto com a Previdência deve fechar o ano em R\$ 927 bilhões e o BPC, em R\$ 103 bilhões", diz.

Mendes lembra que, embora as receitas venham crescendo a um ritmo mais forte este ano, o avanço das despesas é permanente. "A receita tem dependido, em grande parte, do crescimento econômico e de medidas de arrecadação que devem se esgotar já este ano. Já as despesas crescem e são permanentes, e é muito mais difícil de segurar seu crescimento. O governo precisa explicar melhor o que está acontecendo e de onde vai sair essa economia", afirma o pesquisador do Insper.

"O ritmo de concessão dos benefícios não é sustentável" Marcos Mendes

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187833?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187833?page=1&section=1)**

# Estímulos ao crédito tiram força da política monetária (Editorial)

Com mais pessoas empregadas, ganhando salários maiores, e com **inflação** em queda, o crédito, uma das alavancas do crescimento, está dando saltos. As novas concessões de empréstimos nos 12 meses encerrados em fevereiro avançaram 9,1%, com uma expansão muito mais significativa no crédito destinado à compra de bens, de 18,1 %. A inadimplência parou de crescer, mas continua muito alta, assim como a taxa de juros, cujo declínio será sentido com mais força apenas mais alguns meses à frente. A **inflação** passou a cair mais devagar, o que complicou a tarefa do Banco Central. O governo Lula, por outro lado, não está muito preocupado com isso e não para de anunciar novos programas de expansão do crédito.

A aceleração do crédito não é compatível com o estágio atual de aperto monetário, o que exprime uma contradição interna ao governo desde sua posse. Algum esfriamento da economia é necessário para que os preços se aconcheguem à meta de 3%, mas isto não ocorreu no ano passado e pode não ocorrer neste também. As projeções do boletim Focus sobem a cada semana, encostaram em um **PIB** crescendo 2%, e o freio dos juros, em queda, tende a ser cada vez menos poderoso para harmonizar o ritmo de expansão do consumo à marcha ordenada dos preços.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem feito a coisa certa ao insistir em que os programas de crédito que o governo anunciou ou vai anunciar-todos eles, segundo a promessa, com juros abaixo de mercado - não contarão com recursos do Tesouro. Mas o Planalto parece ter seus olhos agora mais voltados para os bancos estatais para injeção de recursos na economia. Programas oficiais já trouxeram gastos encomendados de R\$ 270 bilhões ao BNDES, com o programa Mais Produção, base da nova-velha política industrial, e garantias do Tesouro a empréstimos de Estados e municípios estimados em R\$ 74 bilhões neste ano, ante R\$ 56 bilhões em 2023.

O governo deve anunciar mais estímulos ao crédito em breve. Está no fômo o ProCred 360, com o qual se pretende facilitar os empréstimos para pequenas e médias empresas, além de Microempreendedores individuais (MEI). Os juros poderão chegar à metade dos vigentes, mas há indefinição sobre o volume de recursos do Fundo Garantidor de Operações (FGO), que em tese seria o mesmo que já ampara o Pronampe, para pequenas e médias empresas,

instituído na pandemia, e o Desenrola, para renegociação de dívidas de pessoas físicas, no qual 14 milhões de pessoas negociaram descontos e parcelamento de débitos equivalentes a R\$ 50 bilhões.

Em entrevista em 27 de fevereiro, o presidente Lula anunciou outros desejos que podem se tornar realidade. Um deles é estender o crédito consignado, no qual um percentual do salário é dado em garantia do empréstimo, para todos os trabalhadores. A modalidade já existe para os empregados formais. Como será operacionalizado para os informais, que não têm fonte de renda garantida ou documentada, não é um problema trivial, mas a intenção do governo é essa.

Mais ainda, o Planalto pretende abrir linhas de empréstimos aos que recebem o Bolsa Família, um auxílio para que se equilibrem precariamente acima da linha de pobreza. O governo de Jair Bolsonaro ampliou o crédito consignado para o Bolsa Família e as pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada. O governo do PT achou que isso era um escândalo e revogou a autorização.

Ainda em cogitação no governo, desde o início, está a possibilidade de ampliação do crédito permitindo a aceitação como garantia do dinheiro existentes nos fundos de **previdência complementar** e em seguros pessoais, como os de vida. A intenção faz parte de um pacote parcialmente executado - a permissão para uso de um mesmo imóvel para garantia de vários empréstimos já foi regulamentada. Além disso, o governo garantiu um recorde de recursos para o Plano Safra de 2023/2024, com R\$ 101 bilhões, cio total de R\$ 364 bilhões, a taxas subsidiadas.

Aos estímulos para a expansão do crédito somam-se o dinheiro disponibilizado para consumo via antecipação do 13-salário dos aposentados e pensionistas em duas parcelas, depositadas neste mês e no próximo, que somam R\$ 67 bilhões, e quitação antecipada de precatórios de R\$ 30,1 bilhões. O governo está lançando mão das ferramentas do crédito, pois os gigantescos impulsos fiscais dados pela PEC de Transição, de R\$ 167 bilhões, em 2023, não mais se repetirão. Ao buscar fazer com que os programas de empréstimos tenham juros abaixo dos de "mercado", ele retira a força da política monetária, que conta só com juros altos para domar a **inflação**.

O crédito potencializará a recuperação antes estimulada por impulsos fiscais e tende a sustentar um bom crescimento, maior provavelmente do que aquele que é hoje estimado. Isso tem vários custos, e um dos maiores é que a taxa de juros poderá não estacionar no nível esperado (ainda alto e contracionista, de 8,5%). O governo pagará mais caro por sua dívida crescente, e mais caro ainda se não cumprir a meta de zerar o déficit primário. A busca de crescimento a qualquer custo não é bom augúrio sobre o perfil do próximo presidente do BC a ser indicado por Lula.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187833?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187833?page=1&section=1)**

# Governo abre consulta sobre uso de previdência como garantia de crédito

*Jéssica Sant"Ana De Brasília*

O Ministério da Fazenda abriu uma consulta pública para colher sugestões para a regulamentação da lei nº 14.652/2023, que autorizou a utilização de produtos de **previdência complementar**, seguros pessoais e títulos de capitalização como garantias para a concessão de empréstimos. As contribuições poderão ser feitas no portal "Participa + Brasil", até o próximo dia 10 de maio.

Embora essas garantias já estejam sendo utilizada por algumas instituições financeiras, o governo avalia que a regulamentação fortalecerá a segurança jurídica e operacional do produto, além de criar condições para ampliar a concorrência na concessão de crédito.

A proposta de regulamentação, após fechada, será submetida para aprovação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), em resolução conjunta.

A minuta colocada em consulta pública traz uma distinção entre o conceito de valor disponível para resgate, que é passível de resgate imediato, e o elegível para resgate - disponível para ser resgatado de imediato ou que será liberado incondicionalmente em um momento futuro determinável.

"Essa distinção de conceitos possibilita que a instituição financeira leve em consideração, em sua avaliação de crédito e da garantia a ser utilizada, o valor elegível para resgate ainda que este não esteja integralmente passível de resgate imediato", afirma o ministério.

Outro conceito apresentado é de garantidor, definido como o cliente que concede o direito de resgate relativo aos recursos do plano ou do título de capitalização em garantia de operações de crédito próprias, ou de terceiros. Nesse sentido, a minuta prevê a possibilidade de o garantidor ser uma figura distinta do tomador de crédito, definido como a pessoa física ou jurídica contratante de operação.

Outro capítulo da minuta cita os produtos elegíveis à concessão de garantia de operações de crédito. A novidade é que, no caso dos títulos de capitalização, apenas os produtos estruturados nas modalidades tradicional ou instrumento de garantia poderão ser

oferecidos.

Também está prevista a possibilidade de utilização de mais de um produto para garantir uma operação de crédito. Para esse caso, foram estabelecidas regras de prioridade e de liquidação da garantia.

A proposta prevê a obrigatoriedade de a concessão de garantia ser instrumentalizada por meio de um contrato específico, vinculado à respectiva operação de crédito. O objetivo é garantir segurança jurídica à operação.

A minuta estabelece ainda que o valor bloqueado em garantia não poderá sofrer acréscimo sem alteração formal ou exceder, no momento da contratação da operação de crédito, o dobro do valor original da dívida. O texto traz que as entidades operadoras não poderão recusar requerimentos de concessão de garantia acertados na legislação e na regulamentação, a partir de 60 dias da data de publicação do normativo.

De acordo com a Secretaria de Reformas Econômicas (SRE), a taxa de juros anual média de uma operação de crédito pessoal sem garantias atualmente é de 91,8% ao ano. Com a oferta de garantias prevista na lei, esse custo pode cair até 60 pontos percentuais.

Segundo a SRE, os recursos disponíveis para utilização como garantia em operações de crédito somam mais de R\$ 1 trilhão, sendo a maior parte referente à **previdência complementar**. "A utilização de novos tipos de garantias tem potencial para baratear os empréstimos e, ao mesmo tempo, preservar a poupança previdenciária", diz o ministério em nota.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187833>

# Voa Brasil: veja quem tem direito a comprar as passagens a R\$ 200. Programa do governo começa este mês

O programa Voa Brasil, que garantirá passagens aéreas por até R\$ 200 começará a operar neste mês, segundo o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho. A ideia é que o público alvo do programa possa realizar passagens de avião por tarifas mais baratas.

Quem será beneficiado pelo Voa Brasil?

O primeiro grupo de contemplados será o de aposentados do **INSS** que recebem até dois salários mínimos e estudantes do Programa Universidade Para Todos (Prouni). O ministério estima que cerca de 2,5 milhões de pessoas estarão aptas a emitir bilhetes assim que a iniciativa for oficialmente anunciada.

Quem voou nos últimos 12 meses, por exemplo, não poderá ter acesso ao programa.

Quais companhias vão participar do programa Voa Brasil?

O ministro negociou a adesão das três principais companhias aéreas do país: Gol, Azul e Latam, que respondem por mais de 90% dos voos domésticos no Brasil.

Essas companhias irão oferecer um número de assentos a valores mais baixos que o normal.

Qual será a compensação?

Não haverá dinheiro da União no projeto, segundo o ministro. O governo já reduziu o valor do combustível de aviação em 19% - o que subentende-se como uma contrapartida para as companhias. O ministério também trabalha para evitar a judicialização e busca créditos junto ao BNDES:

- O que não podemos permitir são aumentos abusivos que penalizam o passageiro.

O que ainda falta esclarecer sobre o Voa Brasil?

Não há detalhes até o momento sobre como serão ofertadas as passagens, se o programa será aberto para novos públicos adiante e nem quais destinos

estarão disponíveis. Além disso, não foi informado até agora quantas passagens no total serão de R\$ 200.

**Site:**

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/04/05/voa-brasil-veja-quem-tem-direito-a-comprar-as-passagens-a-r-200-programa-do-governo-comeca-este-mes.ghtml>

# O verdadeiro conflito: a desmontagem da Constituição Federal de 1988 (Artigo)

**RICARDO DE JOÃO BRAGA**

RICARDO DE JOÃO BRAGA - É ECONOMISTA E CIENTISTA POLÍTICO

Política é a solução pacífica de conflitos. Conflitos perpassam as comunidades humanas e mais complicados são quanto mais complexas as sociedades. Antagonismos surgem na disputa por recursos escassos, na imposição de regras de comportamento e valores, ou pela simples busca pelo poder.

A democracia, por sua vez, avança um passo e promete que a política feita de acordo com seus termos não apenas solucione pacificamente os conflitos quanto permite que as partes interessadas manifestem suas posições. Mandar sempre foi mais confortável que obedecer, e o que a democracia trouxe foi o lenitivo da legitimidade aos que perdem as disputas e submetem-se, pois tanto sabem que sua posição foi ouvida - e poderá vencer em próxima ocasião -, quanto sua vida mantém-se preservada e apartada da rusga política - o quê, se voltarmos no tempo, sabemos que nem sempre aconteceu.

O presidencialismo que vivemos no Brasil consiste em um arranjo institucional em que há tensão permanente entre os poderes. Mais, há um necessário antagonismo entre eles para que a tirania seja mantida à distância. Em termos mais conhecidos, os freios e contrapesos são forças que um poder impõe diante de outro. Ainda, na pulverização de atores mais e menos poderosos dentro do Legislativo, Executivo e Judiciário, diversas coalizões formam-se a todo momento para aprovar algo, ou der-rotá-lo, modificá-lo etc. O seio dessas coalizões processa conflitos ininterruptamente.

**VIVENDO CONFLITOS DEMAIS NA POLÍTICA BRASILEIRA?**

Um estudo empírico interessantíssimo foi produzido por Saiegh (Political Prowes ou Lady Luck? Evaluating Chief Executives). Nele o autor coteja forças sociais - aquelas que se forjam, organizam-se e agem no seio da sociedade - e ações institucionais - processos decisórios determinados por regras dentro do Legislativo. Em outras palavras, mede como se dão as conexões entre forças sociais e forças políticas no

Legislativo. O autor mostra que os conflitos na sociedade ocorrem mais frequentemente em duas situações extremas: quando o Poder Executivo aprova a maioria esmagadora de seus projetos no Legislativo ou quando não aprova praticamente nenhum. Traduzido: quando uma força esmaga a outra no Legislativo ou quando se estabelece o impasse. Ao contrário, os conflitos sociais ocorrem em menor número quando o Executivo tem um sucesso razoável na aprovação de suas pautas. Também traduzido: o governo tenta muitas coisas, tem êxito em parte, em outras negocia modificações e em algumas é vencido. Em suma: quando o Legislativo é lugar de conflito regular, razoável, as forças sociais estão no máximo da "paz social".

Hoje a sociedade brasileira apresenta forte polarização, entendida como posicionamentos bastante diferentes e assumidos com forte intensidade em muitas questões importantes: educação de filhos, uso de drogas, política de gênero, uso de armas, combate à criminalidade, papel da religião na política e outros. Há uma força conflitiva latente na sociedade.

Voltando assim ao argumento de Saiegh, podemos dizer então que o relativo sucesso do Poder Executivo dentro do Legislativo, medido pelo número de projetos aprovados e vetos produzidos, acatados e derrubados (este **Congresso em Foco** já trouxe importante reportagem sobre isso), mostra que o Legislativo tem processado conflitos ao menos razoavelmente, tem funcionado como uma válvula de escape para os conflitos sociais. Não nos parece que estejamos nos extremos apontados por Saiegh: nem o governo vence tudo, nem há impasse geral.

Dessa forma, ao contrário do que se vê habitualmente na imprensa, o governo não está nas cordas quanto enfrenta um revés no Legislativo. Hoje o número de seus insucessos é razoável, parece aceitável tanto ao Executivo quanto aos seus opositores no Legislativo. Em verdade, não é saudável que um governo de centro-esquerda consiga impor integralmente sua pauta a um Legislativo eminentemente de direita como temos hoje. Os conflitos que vemos na imprensa não são o bicho mais feio que ronda o Brasil. Ao contrário, são da natureza comum da política.

O que anda escondido, e precisa ser dito às claras, é que parte da pauta latente ao conflito tem por essência

uma negação à Constituição de 1988, principalmente no que respeita às liberdades individuais, ao estado laico, à proteção do meio ambiente, à relação do Estado com a sociedade e suas formas de solidariedade social (previdência, trabalho, justiça). As derrotas do governo, como regra, não têm consistido em regressão nessas agendas, mas sim são freios a avanços ou derrotas em questões já conflituosas como o marco temporal das terras indígenas. Com o jogo de forças hoje no Executivo e no Legislativo a desmontagem da Constituição de 1988 mantém-se em germe, muito pouco provável de ocorrer. O que pode mudar o cenário são as próximas eleições. Mas isso deixamos para outra conversa.

# Reforma tributária e o teorema de Pitágoras - OPINIÃO JURÍDICA

*Eduardo Muniz Machado Cavalcanti é mestre em Direito (UFPE) e sócio da Bento Muniz Advocacia*

Não se discute que o Brasil realmente precisava de uma **reforma tributária**, cuja discussão arrastava-se por décadas, e somente no final do ano passado a PEC nº 45/2019, tendo cumprido a dinâmica litúrgica do rito das propostas de emenda à Constituição Federal, convalidou-se na Emenda Constitucional (EC) nº 132/2003, com avanços evidentes, ainda que longe do ideal, entre os quais: tributação no destino, crédito financeiro, cashback. Porém, um ponto entendendo merecer uma observação crítica pela conjuntura contextual que se desenvolveu próximo à sua aprovação.

A alíquota do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), decorrente da fusão do ICMS com o ISS, deve ser composta pela soma das alíquotas dos Estados e dos municípios, de acordo com as precedentes competências tributárias. Cada unidade federada, portanto, mantém a definição dos correspondentes percentuais, por meio da edição de leis próprias. Ainda nessa perspectiva de unificação, segundo a EC 132, a alíquota será a mesma para todas as operações com bens ou serviços, sendo aplicada de acordo com o destino final.

É comum que as pessoas, mesmo aquelas que circulam no ambiente tributário, tenham a falsa percepção de que teremos uma alíquota única de IBS para todo o território nacional e, ainda mais, que será por volta de 25%. Primeiro, haverá uma alíquota-padrão a ser observada por cada unidade federada, de modo que o somatório das subalíquotas, incluindo a Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS) e o IBS, não ultrapasse a carga tributária atual, atingindo, como dito, entre 25 a 30%, se considerada a tributação atualmente existente.

Segundo, se cada ente federado possui a prerrogativa constitucional de fixar sua alíquota-base até o teto padronizado, teremos então 27 percentuais distintos ou coincidentes, mas que, hipoteticamente, podem ser diversamente combinados com tantas alíquotas quantos são os mais de cinco mil municípios do país. Já é uma simplificação, pero no mucho, a bem da verdade.

E a ocasião traz o oportunismo, não a oportunidade.

Deixe-me explicar. Sabedores de que a carga tributária não poderia ultrapassar os atuais parâmetros de arrecadação fiscal, os Estados vieram, numa corrida legislativa de 100 metros rasos, aumentando as alíquotas modais do ICMS. E estiveram por assim fazer, sem nenhuma cerimônia, sem recuos, salvo exceções, mesmo depois da exclusão do artigo no texto da PEC 45 de que a receita futura dos Estados seria a média da arrecadação de ICMS de 2024 a 2028.

Em carta assinada pelos secretários de Fazenda, seguindo na cola dos Estados do Nordeste, que aumentaram as alíquotas referenciais do ICMS logo depois de dado o tiro de partida na prova de corrida da **reforma tributária**, governos do Sul e do Sudeste manifestaram-se no sentido de que os Estados e municípios sentiriam efeitos, sob o prisma da transição federativa, até 2078, mesmo considerando a extinção do imposto em 2033.

Diante dessa situação, a preparação para a maratona da transição financeira levada a cabo pela **reforma tributária**, por desconsiderar estratégias dessa natureza, fez com que os Estados aumentassem as correspondentes alíquotas, bem como adotassem programas especiais de parcelamento (Refis) até a entrada em vigor da EC 132/2023, turbinando os níveis de ingresso de receitas, artificial e temporariamente.

Isso quer dizer que, quanto mais se arrecade nos próximos anos, especificamente 5 anos, estariam os Estados vinculados, em significativa medida, a essas receitas tributárias nas próximas décadas.

De 2029 a 2032, 80% do montante arrecadado com o IBS serão distribuídos com base nas participações do referido período. Em 2033, o percentual sobe para 90% e, depois, de 2034 a 2077, tem início uma redução gradual à razão de 1/45 por ano. Além disso, para "simplificar", durante o período, o valor repassado a cada unidade federada pelo Comitê Gestor também será ajustado por um "fator de transição".

Pitágoras constatou que, no triângulo de ângulo retângulo, a hipotenusa ao quadrado é igual à soma dos quadrados do cateto. Quando mais estendidos esses, maior aquela.

A distribuição financeira do novo tributo não para por aí, o que faz com que as medidas dos catetos, opostos à hipotenusa, sejam levadas a pontos cada vez mais longos, e, antagônica ao ângulo reto, torne a fórmula geométrica de Pitágoras de mais fácil compreensão.

Sem querer profetizar, pode estar aí o novo campo de batalha da "guerra fiscal".

Simplificação, transparência e neutralidade fiscal, três objetivos teóricos da reforma. Se o mais simples possível poderia resultar em algo ainda complexo, aqueles propósitos parecem agora comprometidos com uma trava invisível de contenção da carga tributária, deixando uma margem de manobra que a fragiliza. Necessário seria então uma disposição normativa de transição que desconsiderasse os aumentos dissimulados das alíquotas de ICMS ocorridos em 2023 para fins de definição da alíquota padrão, tornando o já certo aumento dos **tributos** menos impactante. Pelo sim pelo não, mesmo sem a previsão de manutenção da carga tributária ao entrar em vigor a **reforma tributária**, já estamos pagando uma conta mais cara e ainda assumindo, pela complexidade pitagórica da fórmula, um risco de "guerra financeira" entre as unidades federadas.

Eduardo Muniz Machado Cavalcanti é mestre em Direito (UFPE) e sócio da Bento Muniz Advocacia

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187833>

# 60 anos do golpe: como Estados Unidos apoiaram os militares

Publicado em 05/04/2024 - 08:01

Por Vitor

Abdala - Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro

"Espero que você esteja tão feliz em relação ao Brasil quanto eu estou", sugeriu Thomas Mann, ao telefone.

"Eu estou", respondeu Lyndon Johnson, do outro lado da linha.

"Creio que essa seja a coisa mais importante que aconteceu no hemisfério em três anos", destacou Mann.

"Espero que eles nos deem algum crédito em vez de inferno", devolveu Johnson.

A conversa telefônica aconteceu no dia 3 de abril de 1964. De um lado da linha estava o subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos dos Estados Unidos, Thomas Mann. Do outro, ninguém menos que o presidente norte-americano, Lyndon Johnson.

O assunto, como dá para inferir pela data em que ocorreu a ligação, era o golpe civil-militar que havia ocorrido poucos dias antes, no Brasil. O diálogo demonstra, ao mesmo tempo, a satisfação da administração norte-americana com a derrubada do governo de João Goulart e a implícita ideia de que os EUA participaram do golpe.

Autor de um livro sobre o papel dos EUA na desestabilização do governo Jango, o professor da Universidade de São Paulo (USP) Felipe Pereira Loureiro lembra que, na época, o mundo vivia a Guerra Fria, um embate ideológico entre o bloco capitalista, liderado pelos norte-americanos, e o bloco comunista, capitaneado pela União Soviética, hoje extinta.

O modelo soviético tinha recentemente fincado pé na América Latina, região historicamente influenciada pelos Estados Unidos, através da revolução cubana, em 1959. E os norte-americanos temiam a expansão dos ideais comunistas para o resto do continente.

O destino do Brasil, maior país da América Latina, era, portanto, uma preocupação da administração norte-americana.

"O governo João Goulart era um governo que se

colocava como reformista. Mas havia uma dúvida dentro do governo Kennedy, e isso vai se manter no governo Johnson, sobre até que ponto esse reformismo do governo Goulart poderia se transformar, com o tempo, em algo mais radical, que saísse do controle", explica Loureiro.

João Goulart havia sido vice-presidente nos governos Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros e assumiu a presidência em 1961, depois da renúncia de Quadros. Apesar de ser um empresário do ramo agropecuário, Jango não era bem visto pela cúpula militar, devido a suas ligações passadas com Getúlio Vargas e a suas propostas de reformas sociais.

Goulart propunha, entre outras medidas, a reforma agrária, a subordinação de instituições financeiras a um Banco Central, a **reforma tributária** e a permissão do voto aos analfabetos e militares de baixa patente.

Quadros renunciou em 1961, enquanto Goulart estava em viagem oficial ao exterior. Os ministros militares não queriam que Jango assumisse a presidência, o que gerou um impasse e um racha nas Forças Armadas. A solução foi a implantação de um regime parlamentarista no Brasil, para que o novo presidente fosse aceito.

O historiador norte-americano James Green, da Universidade Brown, coordena o projeto Opening the Archives, que busca documentar as relações entre Brasil e EUA entre as décadas de 60 e 80. Segundo ele, houve um erro de leitura do Departamento de Estado americano em relação às intenções de Goulart.

O embaixador [dos EUA no Brasil na época] Lincoln Gordon chegou em 61, justamente na transição de governo entre Jânio Quadros e João Goulart, com a missão de acompanhar, no Brasil, entre o Departamento de Estado e as pessoas que acompanham a América Latina, de que o Brasil poderia ser a próxima Cuba, de que poderia haver uma revolução socialista que levasse ao comunismo e um governo contra os Estados Unidos, afirma Green.

Havia, dentro do Departamento de Estado norte-americano, uma preocupação que João Goulart se aproximasse dos comunistas e desse um golpe de Estado. Então Lincoln Gordon tinha a clara indicação de evitar uma possível revolução socialista, uma

mudança radical no governo .

Goulart mantinha boas relações com Cuba e havia se posicionado de forma contrária ao embargo econômico ao regime de Fidel Castro. Além disso, algumas expropriações de empresas americanas no Brasil desagradaram a Washington.

A transcrição de um encontro de Gordon com Kennedy, em julho de 1962, mostra que os EUA já tinham os rumos que seriam tomados pelo governo Jango e cogitavam reduzir os poderes do presidente brasileiro ou até mesmo retirá-lo da presidência. Também já havia planos de fortalecer o poder dos militares. Havia conversas para investir US\$ 1 milhão nas eleições parlamentares brasileiras daquele ano para apoiar candidatos opositores de Goulart.

Nessa mesma reunião, definiu-se que Gordon contaria com a ajuda de Vernon Walters para estabelecer uma boa relação com os militares brasileiros. Walters havia servido como homem de ligação entre as Forças Expedicionárias Brasileiras (FEB) e o Comando do Exército americano na campanha da Itália, durante a Segunda Guerra Mundial, e seria apontado como adido militar na embaixada dos EUA no Brasil.

Walters foi chamado por Gordon para assessorá-lo nas relações com as Forças Armadas brasileiras. A missão de Walters era juntar as várias conspirações que já estavam fervendo dentro das Forças Armadas [brasileiras] e uni-las em uma conspiração única. Ele foi muito importante em dar unidade nas Forças Armadas brasileiras e de mostrar que os americanos iam apoiar o golpe , afirma Green.

Pelo menos desde 1974, quando os primeiros documentos secretos foram tornados públicos, já se sabia do papel dos Estados Unidos no golpe.

"Os EUA ajudaram a orquestrar toda uma operação não declarada de desestabilização do governo João Goulart, sob a forma de financiamento da oposição nas eleições de 1962, no suporte a governadores críticos ao governo e fomentando a propaganda política oposicionista. Houve contribuição efetiva, portanto, na conspiração para derrubar o governo. Além disso, já ocorriam, há anos, programas de treinamento de forças policiais e militares nos EUA, ou no Brasil, por oficiais estadunidenses", explica a pesquisadora da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) Mariana Joffily.

Além de estimular manifestações contrárias a Jango, havia um plano pronto para ser executado, caso os militares brasileiros não conseguissem derrubar o presidente. Chamado de operação Brother Sam, o plano previa o uso de apoio militar norte-americano

aos golpistas para garantir que um novo regime fosse implantado.

Em 27 de março de 1964, o embaixador Lincoln Gordon enviou um telegrama a diversas autoridades americanas solicitando o envio imediato de embarcações, para garantir, aos opositores de Jango, combustível e suprimentos. No mesmo documento, Gordon sugere a entrega clandestina de armas aos golpistas.

Segundo o embaixador, o golpe estava próximo de ocorrer. Documentos da Agência Central de Inteligência (CIA) americana também informam a iminência da movimentação dos militares.

"Havia um temor muito grande de que comunistas pudessem ter se infiltrado em postos estratégicos na Petrobras e que, sem combustível, tanques, caminhões, veículos militares não teriam como circular pelo país. Então, havia uma preocupação muito grande com o petróleo. Portanto, há uma promessa efetiva da embaixada norte-americana às principais lideranças golpistas, de apoio logístico, sobretudo petróleo", explica Felipe Loureiro.

O pesquisador ressalta que a chegada de uma força naval também teria um efeito psicológico, ainda que ela não atacasse necessariamente as facções resistentes ao golpe. Os americanos, àquela altura, esperavam uma dissidência nas Forças Armadas e, portanto, uma guerra civil.

No dia 31 de março, um telegrama enviado pelo secretário de Estado norte-americano Dean Rusk a Gordon informava sobre a mobilização de um navio-tanque, de um porta-aviões, quatro destróieres, além de 110 toneladas de armas, dez aviões de carga e seis caças.

As forças golpistas brasileiras, chamadas de "forças amigas" por Gordon, acabaram colocando seu plano em movimento naquele mesmo dia, com a mobilização de tropas em um quartel de Juiz de Fora (MG) pelo general Olímpio Mourão Filho.

Na tarde de 31 de março, o subsecretário de Estado dos EUA, George Ball, e Thomas Mann ligaram para o presidente Lyndon Johnson, e falaram sobre o golpe em andamento em Minas Gerais. Eles reforçaram a necessidade de garantir apoio logístico aos golpistas, mas ainda se mostravam indecisos, sob que rumo a revolta contra Goulart tomaria.

"Penso que devemos dar todos os passos que pudermos, estar preparados para fazer tudo o que for necessário, tal como fizemos no Panamá, se isso for viável", Lyndon Johnson orientou.

## Novo Governo

No dia 1º, parte da ajuda americana já estava a caminho do Brasil. Naquele dia, o golpe ganharia força com o passar das horas e, à noite, Jango deixaria Brasília rumo a Porto Alegre. Os EUA ainda se mantinham cautelosos, evitando se expor para não dar, a Jango, um pretexto "anti-yankee" para angariar apoio.

No dia 2 de abril, a força naval continuava a caminho do Brasil, devido ao receio de que o deputado federal Leonel Brizola, cunhado de Jango, liderasse uma resistência no Rio Grande do Sul e que as refinarias como a Reduc (Duque de Caxias) permanecessem controladas pelos "commies" (gíria americana para "comunistas").

O presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, havia assumido a presidência da República temporariamente, depois de o Senado ter declarado a vacância do cargo, mesmo com Jango ainda em território nacional. Os EUA esperavam que o Congresso ou a Suprema Corte brasileiros legitimassem a autoridade de Mazzilli, por isso ainda se mantinham cautelosos em reconhecer o novo governo.

A transcrição de um encontro do Conselho de Segurança Nacional norte-americano, ao meio-dia de 2 de abril, mostra um Lyndon Johnson preocupado com a situação de Mazzilli, já que ele ainda possuía minoria no Congresso para reconhecê-lo como presidente.

O secretário de Estado Dean Rusk responde, então, que o embaixador Gordon estava usando os recursos à sua disposição para encorajar os deputados brasileiros a reconhecer Mazzilli como presidente da República.

Mais tarde, chegam informações, incorretas, de que Jango havia deixado o Brasil rumo ao Uruguai. Naquele mesmo dia, mesmo sem ter a certeza de que Goulart havia saído do Brasil ou os deputados votarem a favor de Mazzilli, os norte-americanos decidiram reconhecer o governo dos golpistas, sob orientação do embaixador Gordon.

Lyndon Johnson então autoriza o envio de um telegrama em que ele deseja sucesso a Mazzilli e parabeniza a "comunidade brasileira" por resolver as dificuldades políticas e econômicas que o Brasil "vinha enfrentando" de acordo com "a democracia constitucional e sem conflitos civis". A operação Brother Sam, portanto, não chega a ser colocada em prática e os navios retornam ao porto, no Caribe.

## Golpe sem EUA

A historiadora Mariana Joffily diz que é difícil afirmar se o golpe ocorreria mesmo sem o apoio dos EUA, mas afirma que receber o aval de uma grande potência foi importante para que os golpistas levassem, à frente, seu plano de derrubar Jango.

"Não foi apenas o Brasil que se certificou do apoio dos EUA antes de partir para a derrubada de um presidente democraticamente eleito. Isso aconteceu também no Chile e na Argentina. Na época, fazia parte da agenda golpista a obtenção do apoio dos EUA. A garantia de que o novo governo seria reconhecido e legitimado pela grande potência e que o novo poder instituído seguiria recebendo financiamento estadunidense não era um item do qual se pudesse abrir mão", pondera Mariana Joffily.

James Green diz que os brasileiros seriam capazes de derrubar Jango mesmo sem o apoio dos EUA e que outros golpes de Estado já haviam ocorrido no Brasil antes de 1964, mesmo sem a ajuda norte-americana.

"Os brasileiros são muito capazes de dar golpes de Estado. Pode-se dizer que haviam americanos envolvidos [no golpe de 64], mas a questão principal foram as Forças Armadas brasileiras e a elite brasileira, que queriam manter controle sobre a situação político-social que estava fugindo de seu controle. O apoio americano deu mais determinação, foi fundamental para a luz verde", afirma o brasilianista.

Procurada pela Agência Brasil, a Embaixada dos Estados Unidos, por meio da assessoria de imprensa, afirmou que o presidente norte-americano Joe Biden tem expressado, publicamente e em conversas privadas, o apoio do país às instituições democráticas brasileiras, incluindo "o sistema eleitoral, a transferência pacífica de poder e a autoridade civil sobre as Forças Armadas".

"Ambas as nações reconhecem a importância de se posicionar contra o extremismo político, a violência, o discurso de ódio e a desinformação que possam prosperar em sociedades democráticas", destacou a representação diplomática norte-americana.

Em junho de 2014, Joe Biden, então vice-presidente na gestão Barack Obama, entregou ao governo brasileiro 43 documentos produzidos por autoridades norte-americanas entre os anos de 1967 e 1977. Os relatórios detalham informações sobre censura, tortura e assassinatos cometidos pelo regime militar no Brasil.

**Site:**

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-04/60-anos-do-golpe-como-estados-unidos-apoiaram-os-militares>

# AGU propõe corrigir FGTS pela inflação

» **MAYARA SOUTO**

A Advocacia-Geral da União (AGU) enviou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma proposta de correção das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o indicador oficial da **inflação**.

A proposta da AGU prevê que as contas tenham correção mínima do valor igual ao IPCA. O atual cálculo seria mantido, com a correção de 3% de juros ao ano, a distribuição de lucros do fundo e correção pela Taxa Referencial (TR). Porém, se o resultado anual não alcançar o IPCA, caberia ao Conselho Curador do FGTS estabelecer a forma de compensação.

A proposta valeria somente para novos depósitos, feitos a partir da decisão do STF, e não seria aplicada a valores retroativos.

A petição busca pôr fim ao julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.090/DF, movida pelo partido Solidariedade, que contesta a legalidade do uso da TR para corrigir as contas do fundo. O texto tramita desde 2014 na Suprema Corte e já foi alvo de diversos impasses durante as sessões. A ação seria discutida ontem pelos magistrados, mas, com a chegada do pedido da AGU, foi retirada de pauta.

A legenda argumenta que a TR foi mantida com rendimento perto de zero, desde 1999, e que, por esse motivo, o índice não é suficiente para repor o poder aquisitivo dos trabalhadores. Segundo cálculos do Instituto Fundo de Garantia do Trabalhador (IFGTS), que participa da ação em análise no Supremo, 80 milhões de trabalhadores deixaram de receber quantias, que, somadas, chegam a R\$ 720 bilhões.

A sugestão da ADI é que a TR seja substituída por outro índice, como o IPCA. Apesar de a AGU utilizar esse índice como base mínima, a proposta não prevê a mudança da TR, mas, sim, uma análise dos conselheiros do FGTS, caso o valor não alcance a **inflação**.

A preocupação do governo federal é que a proposta da legenda teria impacto estimado em R\$ 8,6 bilhões em quatro anos aos cofres públicos. Outra questão levantada pela Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) é que, com a correção do índice de reajuste, os juros dos

financiamentos do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) teriam aumento de até três pontos percentuais.

Com isso, cerca de 13 milhões de famílias deixariam de ser elegíveis ao MCMV.

Durante o voto favorável aos beneficiários, em abril do ano passado, o presidente do STF e também relator do texto, Luis Roberto Barroso, argumentou que a atualização dos valores não deve ser menor que a aplicada à da caderneta de poupança. O magistrado também definiu que as mudanças seriam apenas para o futuro. A posição foi acompanhada, até o momento, pelos ministros André Mendonça e Kassio Nunes Marques.

"A proposta busca harmonizar, de forma proporcional e razoável, os interesses dos trabalhadores brasileiros detentores das contas e a manutenção das demais funções sociais do Fundo, que tem sido fundamental para financiar iniciativas nas áreas de habitação para pessoas de baixa renda, infraestrutura e saneamento básico", diz o documento da AGU.

# "Melhor ir mais devagar para chegar mais longe com (o corte da) Selic"

**CÉLIA FROUFE THAÍS BARCELLOS BRASÍLIA**

ENTREVISTA: Paulo Picchetti, Diretor de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos, é um dos cotados para vaga de Campos Neto

Uma flexibilidade maior na condução da política monetária pode ajudar o juro a chegar a um menor nível no fim do ciclo, na avaliação do diretor de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos do Banco Central (BC), Paulo Picchetti.

"Ir mais devagar para chegar mais longe", afirmou ele, ao Estadão/ Broadcast, em sua primeira entrevista no cargo. Segundo o executivo, ninguém no BC tem muito claro hoje se será necessário reduzir o ritmo de cortes (de 0,50 ponto porcentual da Selic nas últimas reuniões).

Seu nome começa a aparecer com destaque no processo de sucessão de Roberto Campos Neto à presidência do banco.

A ata do Copom indica que o cenário básico não mudou substancialmente. O que mudou?

O cenário-base não mudou, mas há um grau de incertezas maior de fatores domésticos e externos. A decisão de tirar o forward guidance (indicação sobre os rumos da política de juros) para as (próximas) duas reuniões foi para ganhar liberdade e acompanhar os dados e tomar a decisão que pareça a ideal. O guidance não é um compromisso firme, mas é algo com mais peso. Teve um papel importante no início do ciclo de cortes, reduziu a volatilidade e ajudou na comunicação, mas tem um custo na hora de tirar.

Então, não podemos concluir que o BC vê risco maior de uma Selic mais alta?

Não dá para dizer isso. O Roberto (Campos Neto, presidente do BC) disse e eu concordo: eventualmente, ter uma flexibilidade com relação à trajetória futura é algo que ajuda uma taxa terminal menor ser possível.

O mercado vê o contrário...

Se houver oportunidade de ter calma, de mudar a trajetória de alguma forma que faça você ganhar

tempo para ter novos dados e avaliar melhor a situação, ajuda as expectativas a convergir de um jeito que possibilita no final, eventualmente, ir mais devagar para chegar mais longe.

As expectativas de mercado para a **inflação** seguem desancoradas e resilientes.

Qual seu diagnóstico?

Olhando a distribuição das expectativas para o IPCA até 2028, em 3,5% (para uma meta de 3%), vejo que há uma dispersão muito pequena e que não se mexe. O desafio é entender de onde vem esse prêmio.

Qual seria a explicação?

Há uma questão conjuntural de ajuste de preços relativos relacionado ao deslocamento de consumo de serviços para bens na pandemia, e que também tem a ver com a discussão no mercado de trabalho. Mas não acho que explica um horizonte tão longo. Há também um argumento de que, historicamente, nunca se observou a **inflação** rodando sistematicamente em 3% no Brasil. É um número inédito e que gera algum grau de desconfiança.

E tem o fiscal...

Outra (explicação) é o prêmio de risco fiscal. As notícias são mais animadoras pelo arcabouço e pelas notícias de curto prazo que estão surpreendendo, o que já leva até a um princípio de revisão do déficit primário para este ano. Tudo isso em um contexto de um ministro (da Fazenda, Fernando Haddad) comprometido com a meta zero. Se isso é verdade, ao longo do tempo ajudará a tirar esse prêmio. Outra explicação é a incerteza sobre a condução da política monetária, com a troca do presidente e de dois diretores do BC. Não acredito nesse risco como evidência clara.

Já há quatro membros da diretoria apontados pelo atual governo e as comunicações e votos no Copom mostram que não há divergência. É um banco comprometido com o cumprimento da meta de 3%. Parece que todo mundo entende que a gente tem esse mandato e que será cumprido, de que não tem nenhuma guinada preocupante na condução da política monetária.

O sr. já deve ter ouvido que o diretor Gabriel Galípolo vem sendo apontado como sucessor de Campos Neto, mas seu nome também tem crescido...

Vi meu nome em pesquisas, e me surpreendeu (na pesquisa Genial/Quaest divulgada em 20 de março, feita com pessoas do mercado financeiro, o nome de Picchetti apareceu como favorito ao cargo). Assumi a diretoria há três meses, então, estou tomando pé de todos os assuntos do banco. Fico lisonjeado de se lembrarem de mim, mas não há evidências de que eu ou outra pessoa qualquer seria um nome da sucessão.

O sr. falou que as decisões do Copom têm sido unânimes, mas divisões, principalmente em períodos de mudança de ritmo, não são incomuns. É o que se espera para junho. Como afastar rumores de interferência política?

Tem um caminho só: colocar explicitamente os elementos técnicos que estão por trás da opinião de cada um. A diretoria é uma composição rica de talentos diferentes. Quando se fala que "alguns membros" levantaram uma questão, não significa que os outros não concordem.

Há um processo de convencimento que até agora levou à convergência. Mais para frente, se acontecer essa eventual divisão, para fugir do risco de parecer que houve algo puramente político se deixa claro quais são os argumentos técnicos por trás de uma escolha.

Economia não é uma ciência exata. Política monetária, em particular, não é. Então, pode haver divergências a serem claramente comunicadas, não como uma coisa que é ideológica ou política.

"Economia não é ciência exata. Política monetária, em particular, não é.

Pode haver divergências a serem claramente comunicadas, não como uma coisa ideológica ou política"

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Petrobras pagou à União em 2023 valor igual ao Bolsa Família

**Rafael Rosas, Fábio Couto, Estevão Taiar e Marta Watanabe Do Rio, Brasília e São Paulo**

Diante da necessidade do governo de cumprir meta fiscal de déficit zero em 2024, o pagamento de dividendos pela Petrobras tornou-se peça-chave para reforçar o caixa do Tesouro Nacional e, ao mesmo tempo, transformou-se em ponto de discórdia entre o alto comando da petroleira e parte do governo. Os recursos oriundos da estatal em diferentes frentes - dividendos, **impostos**, royalties e participações especiais - tornaram-se, nos últimos anos, fontes de recursos importantes para o governo tentar fechar as contas e ter algum fôlego para investir, como mostra levantamento feito pelo Valor e análise de especialistas.

Em 2023, a empresa pagou, nas três rubricas, R\$ 177,5 bilhões à União, o que seria suficiente para bancar o Bolsa Família no ano passado, que teve dispêndios de R\$ 171,2 bilhões. Os valores pagos pela Petrobras representaram ainda 7,33% da receita total do Tesouro no exercício passado, de R\$ 2,421 trilhões, a valores constantes de fevereiro de 2024, corrigidos pelo IPCA, segundo a Tendências Consultoria.

Por qualquer métrica, os números mostram a relevância da estatal para as contas do governo. Ainda em 2023, os dividendos, **tributos** e participações governamentais somados pagos pela Petrobras à União corresponderam a 1,63% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Em 2022, essa participação foi até maior, de 2,46% do **PIB**, com R\$ 248,8 bilhões, em dados atualizados pelo IPCA.

Na distribuição do bolo da Petrobras, a remuneração aos acionistas na forma de dividendos e juros sobre capital próprio tem papel importante para ajudar a equilibrar as contas do governo no atual quadro de dificuldades fiscais. Pela legislação, os dividendos podem ser usados apenas para melhorar o resultado primário do governo federal e, conseqüentemente, abater a dívida pública.

A União, na condição de controladora da Petrobras, é, portanto, uma das maiores beneficiadas com o pagamento de dividendos da estatal. Mesmo assim, desde o começo do governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o PT criticam a distribuição de

dividendos da Petrobras por considerá-la alta demais. O argumento vem da ideia, questionável segundo especialistas, que ao distribuir menos dividendos seria possível abrir espaço para investimentos. Os dois aspectos não têm vínculo direto.

Para investir mais é preciso ter um portfólio de projetos bem estruturados, capaz de assegurar retorno positivo sobre o capital aplicado, o que no caso da Petrobras, nas gestões anteriores do PT, muitas vezes não aconteceu. Os erros em projetos e o controle de preços levaram a empresa a alcançar, no fim de 2014, aquela que foi considerada a maior dívida corporativa do mundo.

Carlos Kawall, economista e sócio fundador da Oriz Partners, diz que se a empresa não distribuir dividendos há outras possibilidades de destinação dos recursos que não são consideradas positivas, diz. Uma delas, como já aconteceu, é segurar o preço dos combustíveis no mercado interno e "queimar" o resultado via redução de rentabilidade. "Chama atenção que agora voltamos a ter defasagem de preço de combustíveis no mercado doméstico", diz Kawall.

Um eventual reajuste dos preços da gasolina e do diesel é mais um elemento de pressão sobre o comando da companhia neste momento de "fritura" do atual presidente, Jean Paul Prates.

Com o barril de petróleo rompendo a barreira dos US\$ 90 pela primeira vez desde outubro do ano passado e o dólar acima de R\$ 5, crescem as pressões por reajustes nos preços dos combustíveis. A última vez que a Petrobras mexeu nos preços da gasolina foi no dia 21 de outubro (faz 168 dias), quando aplicou redução de 4,1% (R\$ 0,12/litro). O diesel está sem mudanças nos preços desde 27 de dezembro, há 101 dias, quando a companhia reduziu os preços do insumo nas refinarias em 7,94%. O câmbio e o barril do petróleo Brent são os principais componentes para reajuste dos combustíveis.

Cálculos da StoneX apontam uma defasagem de 10,8% nos preços do óleo diesel, o que equivale a R\$ 0,38 por litro, e de 12,6% para a gasolina (R\$ 0,35/litro). De acordo com Bruno Cordeiro, analista de inteligência de mercado da StoneX, a escalada de preços do barril de petróleo verificada nos últimos dias se deu por causa das tensões no Oriente Médio e no

Leste Europeu, o que suscitaram temores quanto à oferta de petróleo no mercado internacional.

O Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) estima defasagem média de 25,77% nos preços da gasolina, o que corresponde a uma alta de R\$ 0,98 por litro, e de 8,82% nos preços do óleo diesel (R\$ 0,34/litro). A Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom) projeta defasagem média de 19% para a gasolina (RS 0,64/litro) e de 12% para o diesel, o que significaria um reajuste de R\$ 0,49 por litro do combustível.

Walter de Vitto, sócio e analista do setor de energia da Tendências, ressalta que não é trivial concluir que a retenção do dividendo para investimento vá significar, no futuro, a volta em forma de dividendos mais robustos: "Há diversas variáveis que determinam a lucratividade da empresa e que não estão sob o controle da companhia, como os preços do petróleo e o preço da energia." Os projetos escolhidos, diz, sempre trazem algum nível de risco. Um exemplo está nas energias renováveis, uma vez que não está claro qual vai ser a tecnologia de geração renovável que irá prevalecer. (O investimento) "Pode gerar mais lucro no futuro? Depende de muita coisa", resume.

De Vitto afirma que o ideal seria a Petrobras seguir, como regra para pagamento de dividendos, a referência de petroleiras de porte semelhante: "As 'majors' têm certa estratégia e pagam dividendos em certa faixa. A Petrobras deveria ter essas empresas como referência", diz. "A grande questão da Petrobras é que ela fica no meio do caminho. Sempre vai existir a tentação de o governo da hora a utilizar de uma forma ou de outra."

Ex-secretário do Tesouro Nacional, Kawall lembra que a Petrobras teve em 2023 um dos melhores desempenhos considerando as ações negociadas em bolsa. As altas de mais de 90% e de 70%, respectivamente, nas ações ordinárias e preferenciais da estatal foram responsáveis por boa parte da elevação de mais de 20% do Ibovespa no ano passado. "Todo o desgaste veio em 2024, com a história dos dividendos. Até então o desempenho da empresa vinha bem, com contribuição importante da produção de petróleo que vem crescendo de forma expressiva. Após um período negativo, sobretudo no governo Dilma [Rousseff], marcado por controle de preços de combustíveis e má alocação de capital, houve um processo forte de ajuste que culminou em um ciclo de investimento em exploração de produção e melhora de resultados", diz.

Em 2023, os investimentos da Petrobras somaram US\$ 12,7 bilhões, segundo o ValorData. O montante fica acima dos US\$ 8,1 bilhões de 2020, mas aquém

dos US\$ 45,2 bilhões de 2013, quando a empresa era vista como motor do investimento. Essa visão volta agora no terceiro governo de Lula.

Kawall diz que há sete anos não existia a discussão sobre dividendos porque não havia lucro. Em 2016 e 2017, a Petrobras teve prejuízos considerando dados sobre o lucro líquido recorrente, que busca retirar o lucro vindo de eventos extraordinários, como a venda de ativos, por exemplo. "A partir de 2018 e 2019, a Petrobras começou a ter lucros expressivos, com exceção de 2020, que interrompe a trajetória, por conta da pandemia de covid-19. Mas os bons resultados retomam o ritmo em 2021 e seguem com muita força na década atual", diz. Somados, os lucros líquidos recorrentes de 2021 a 2023, destaca, chegam a quase R\$ 400 bilhões (R\$ 398,77 bilhões).

Em período mais longo, entre 2019 e 2023, a petrolífera transferiu RS 871,5 bilhões para a União. A maior parte, R\$ 386 bilhões, veio de royalties e participações. Outros R\$ 370 bilhões tiveram origem em **tributos**, como Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (PIS/Cofins). Já R\$ 115 bilhões vieram de dividendos, segundo números do Relatório Fiscal da Petrobras e do Resultado do Tesouro Nacional (RTN).

A discussão recente sobre dividendos ganhou força, em março, depois de o conselho de administração da companhia vetar a distribuição de R\$ 43,9 bilhões em dividendos extraordinários do quarto bimestre de 2023. A decisão fez a empresa perder R\$ 55,8 bilhões em valor de mercado em um único dia, com queda de 10,57% no preço das ações preferenciais. Conforme publicado pelo Valoma ocasião, o pagamento desses recursos significaria aumento de arrecadação entre R\$ 6 bilhões e R\$ 12 bilhões para a União este ano.

Dias depois, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a pasta não estava "pressionando para um lado ou para o outro" e lembrou que o pagamento de dividendos extraordinários não estava previsto no Orçamento de 2024. "Se [os dividendos] vierem, melhoram o Orçamento, mas não contamos com isso", disse. O comportamento da receita é importante para definir se pode haver revisão da meta fiscal deste ano.

Em 2023 a Petrobras já tinha realizado uma série de mudanças que, na prática, diminuíram os dividendos pagos pela empresa. Uma delas foi que os pagamentos ordinários representariam 45% do fluxo de caixa livre, contra 60% estabelecidos anteriormente. Nos dois primeiros meses deste ano, por sua vez, o governo federal recebeu R\$ 3,8 bilhões em dividendos de

estatais, sendo R\$ 2,6 bilhões da própria Petrobras e R\$ 1,2 bilhão do Banco do Brasil. A projeção da equipe econômica é que a União arrecade R\$ 43,6 bilhões com dividendos de estatais em 2024.

Para Gabriel Leal de Barros, economista e sócio da Ryo Asset, os números dos últimos cinco anos "deixam clara a relevância da Petrobras para o governo federal". Segundo ele, o desempenho da empresa é "um caso em que uma decisão micro afeta o macro", o que "deveria ser mais do que suficiente para que as decisões da companhia sejam pautadas por racionalidade econômico-financeira". "Os efeitos fiscais da Petrobras serão tão maiores e positivos quanto mais racional e equilibradas forem as decisões ao longo do tempo. Esse é um jogo de médio, não de curto prazo", diz.

Para Helder Queiroz, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), "os números falam por si só" sobre a importância da Petrobras para as contas públicas e a conjuntura. "Como o governo federal é o acionista majoritário, o fato de a empresa ir bem cumpre um papel fundamental também na arrecadação", diz.

Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), afirma que o desempenho do setor de petróleo como um todo tem "efeito significativo" em termos fiscais e contribui "para o equilíbrio das contas públicas". "São volumes expressivos", diz. "No entanto, é importante pontuar que esse resultado ocorreu em conjunto com um choque nos preços internacionais do petróleo. Parte desses choques é de natureza não recorrente." Ela também lembra que o leilão do excedente da cessão onerosa rendeu R\$ 68,6 bilhões em receitas não recorrentes para o governo federal em 2019.

Procurados, os ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento não se manifestaram. Em nota, a Petrobras informou que, em 2023, distribuiu R\$ 99,9 bilhões em dividendos e juros sobre capital próprio aos acionistas, sendo R\$ 36,5 bilhões ao controlador (União Federal, BNDES e BNDESPar). A empresa disse que não há qualquer decisão tomada em relação à distribuição de dividendos ainda não declarados.

"O investimento pode gerar mais lucro? Depende de muita coisa" Walter de Vitto

"Voltamos a ter defasagem de preço de combustíveis" Carlos Kwall

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187833?page=1&section=1>

# Galípolo vê aumento de incerteza na inflação

**Sérgio Tauhata De São Paulo**

O diretor de política monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, admitiu ontem que aumentaram as incertezas nas perspectivas para a **inflação**, mas disse que essas condições ainda não se materializaram a ponto de alterar a trajetória no ajuste da Selic. Para o dirigente do BC, ficou mais difícil visualizar como ficará a taxa básica brasileira no final do ciclo de distensão monetária.

Galípolo afirmou, durante evento da Necton, que o mercado de trabalho está relativamente apertado e a **inflação** de serviços, rodando um pouco mais alta do que o desejável. Segundo ele, "o mercado mais apertado de trabalho e atividade mais forte, porém, podem significar um processo de desinflação mais lento".

Ele afirmou, no entanto, que apesar das incertezas o processo de desinflação continua a ocorrer.

"A gente reconhece que o mercado de trabalho mais aquecido e atividade econômica maior ainda não estabelecem um vínculo claro a um processo de aquecimento de economia, que represente uma reversão da trajetória", disse.

O dirigente do BC afirmou que a discussão sobre a retirada do "guidance" do **comunicado** "aconteceu de maneira muito produtiva, franca e honesta". "Penso mais como uma confissão de humildade em relação ao que está menos óbvio enxergar com clareza de onde podem vir as fontes para colaborar com um processo de desinflação mais acentuado".

Segundo o diretor do BC, "isso reforça a ideia de ser mais dependente de dados" e que, em um ambiente com mais incertezas, é importante ganhar espaço para decisão. "Estamos tateando o problema num ambiente em que os instrumentos normais que usamos para projetar a política monetária não estão se comportando de maneira usual".

Esse cenário não é uma exclusividade do Brasil, reforçou o diretor do BC. "O problema não é só no Brasil, mas acontece em outros lugares, como nos EUA." Para Galípolo, o BC reconheceu, na ata da última reunião do Copom, que, nos últimos meses, a correlação que poderia ser esperada do cenário de mercado de trabalho mais apertado e atividade mais forte nem sempre está se revelando de maneira mais óbvia.

O diretor fez referência ao fato de que o processo de desinflação tem ocorrido mesmo em um cenário no qual pressões de aumento de preços poderiam se intensificar.

O dirigente citou ainda, como um elemento de como está mais difícil enxergar as funções das variáveis no cenário atual, que, "num passado recente, a gente assistiu ao longo do segundo semestre uma abertura bastante intensa dos yields dos Treasuries, de cerca de 120 pontos-base, e, mesmo assim, a gente não viu o câmbio e nossa curva de juros se comportando mal".

Ele afirmou não ter visto divergência na última reunião do Copom, como muitos analistas interpretaram a partir da ata.

Na questão da ancoragem das expectativas sobre a **inflação** futura, Galípolo afirmou que "das variáveis que o BC tem na mão, hoje, para eventualmente colaborar com a reancoragem das expectativas, é a própria **inflação** corrente". Para ele, "se a **inflação** corrente se comportar bem, o mercado vai ajustando e melhorando as expectativas".

Durante o evento na Necton, Galípolo enfatizou que qualquer tipo de sinalização por parte do BC poderia trazer mais ruídos. "De onde consigo enxergar, não me aventuraria a fazer isso [uma sinalização].

Corro o risco de trazer mais volatilidade", ponderou. "É preciso esperar para ver como as coisas vão se desdobrar." Conforme o diretor, "nesse ambiente, não queremos criar uma mecanicidade".

Para ele, a interpretação de que o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, estaria defendendo uma antecipação do processo de sucessão na autoridade parece estar equivocada. "O Roberto Campos Neto estava mais alertando que existe uma questão técnica e operacional que demanda que a sabatina ocorra ainda neste ano".

Galípolo afirmou que "se está falando [em indicação do novo presidente do BC] no quarto trimestre, me parece um timing adequado e não uma antecipação".

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187833>